

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015, da JSL Arrendamento Mercantil S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S.A. tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A Companhia, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S/A, contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira.

Em 2015, a desaceleração do crédito acompanhou a retração da atividade econômica e os efeitos da política monetária, que afetam principalmente as operações do segmento livre. Nesse contexto, no final do exercício de 2015, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional alcançou a R\$ 3.217 bilhões, com expansão de 6,6% em doze meses (comparativamente a 11,3% no exercício de 2014). A relação crédito/PIB alcançou 54,3% em dezembro de 2015, ante 53,1% em dezembro de 2014. A carteira de

crédito com recursos livres atingiu R\$ 1.635 bilhão, com expansão de 3,7% em doze meses (4,6% em 2014). Já a indústria de fabricantes de veículos automotores vem apresentando redução na produção de veículos na ordem de 25%, o que conjuntamente impacta na demanda por operações de crédito e de arrendamento mercantil para automóveis, caminhões e ônibus, dentre outras. Dessa forma, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 183,2 bilhões, com redução de 13,3% no exercício (comparativamente a redução de 7,0% no exercício de 2014), enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no final de 2015 a R\$ 92,0 bilhões, com redução de 17,3% em relação ao final do exercício de 2014.

Em 17 de novembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, com o objetivo de alterar o artigo 4º, do Estatuto Social, para incluir a atividade de prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissão de moeda eletrônica.

Em 31 de dezembro de 2015, os Ativos totais da Companhia montaram a R\$ 25,1 milhões, destacando-

se: R\$ 6,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 0,6 milhão em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e R\$ 14,5 milhões de Imobilizado de Arrendamento. O valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil, apurado segundo as regras do Banco Central do Brasil foi de R\$ 9,1 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 17,7 milhões. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S.A., no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

Barueri, 04 de março de 2016.

A DIRETORIA

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre		Exercício
		2015	2015	
Receitas da intermediação financeira		4.357	7.113	1.367
Operações de arrendamento mercantil	6f	3.603	5.410	220
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	754	1.703	1.147
Despesas da intermediação financeira		(2.919)	(4.409)	(210)
Operações de captação no mercado	9	(4)	(7)	-
Operações de arrendamento mercantil	6f	(2.840)	(4.279)	(188)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(75)	(123)	(22)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.438	2.704	1.157
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.729)	(7.775)	(2.125)
Receitas de prestação de serviços		36	63	7
Despesas de pessoal	13	(1.464)	(2.703)	(888)
Outras despesas administrativas	14	(2.241)	(4.995)	(1.173)
Despesas tributárias	15	(80)	(141)	(71)
Outras receitas operacionais	16	52	58	-
Outras despesas operacionais	17	(32)	(57)	-
Resultado operacional		(2.291)	(5.071)	(968)
Resultado não operacional				
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(2.291)	(5.071)	(975)
Imposto de renda e contribuição social	18	1.003	2.115	390
Ativo fiscal diferido líquido		1.003	2.115	390
Prejuízo		(1.288)	(2.956)	(585)
Prejuízo por ação em circulação - em R\$ (Representado por 20 milhões de ações)		(0,06)	(0,15)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício
		2015	2015	
Receitas		4.370	7.111	1.352
Intermediação financeira		4.357	7.113	1.367
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(75)	(123)	(22)
Outras		88	121	7
Despesas da intermediação financeira		(4)	(7)	-
Operações de captação no mercado	9	(4)	(7)	-
Insumos adquiridos de terceiros		(961)	(1.598)	(481)
Serviços de terceiros	14	(188)	(325)	(152)
Processamento de dados	14	(360)	(683)	(259)
Publicações	14	(50)	(97)	(24)
Serviços do sistema financeiro	14	(269)	(306)	(13)
Outros		(94)	(187)	(33)
Valor adicionado bruto		3.405	5.506	871
Despesa de depreciação de bens arrendados	8c	(2.840)	(4.279)	(188)
Despesa de depreciação e amortização	8a	(9)	(13)	-
Valor adicionado líquido a distribuir		556	1.214	683
Valor adicionado total a distribuir		556	1.214	683
Distribuição do valor adicionado		556	1.214	683
Pessoal		2.133	4.976	1.167
Remuneração direta		1.960	4.666	1.082
Benefícios	13	103	173	43
Encargos sociais		70	137	42
Impostos, taxas e contribuições		(476)	(1.174)	(46)
Federais		(481)	(1.186)	(53)
Estaduais		-	-	2
Municipais		5	12	5
Aluguéis		187	368	147
Aluguéis	14	187	368	147
Remuneração de capitais próprios		(1.288)	(2.956)	(585)
Prejuízo		(1.288)	(2.956)	(585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014
Circulante		7.029	19.457		
Disponibilidades	4	45	55		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	615	6.000		
Aplicações em operações compromissadas - LFT		-	5.140		
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		615	860		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	6.294	13.369		
Títulos de renda fixa - LFT		6.294	13.369		
Operações de arrendamento mercantil			(9)		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	4.764	716		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(4.698)	(716)		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(66)	(9)		
Outros créditos	7	14	42		
Diversos		14	42		
Outros valores e bens		61	-		
Despesas antecipadas		61	-		
Realizável a longo prazo		3.419	425		
Operações de arrendamento mercantil		(79)	(13)		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	5.756	1.472		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(5.756)	(1.472)		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(79)	(13)		
Outros créditos	7	3.498	438		
Diversos		3.498	438		
Permanente		14.668	2.093		
Imobilizado de uso	8a	78	-		
Instalações, móveis e equipamento de uso		91	-		
Depreciação acumulada		(13)	-		
Imobilizado de arrendamento	8b	14.546	2.093		
Bens arrendados		15.034	2.098		
Superveniência de depreciação		3.958	183		
Depreciação acumulada		(4.446)	(188)		
Intangível		44	-		
Ativos Intangíveis - Software		45	-		
Amortização acumulada		(1)	-		
Total do ativo		25.116	21.975		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º semestre		Exercício
		2015	2015	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(2.291)	(5.071)	(975)
Ajustes ao Resultado		433	640	33
Depreciações de arrendamento	6f e 8c	2.840	4.279	188
Depreciações e amortizações	8a	9	13	-
Superveniência de depreciação	6f e 8c	(2.492)	(3.794)	(183)
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários	(3)	4	6	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6d	75	123	22
Despesas com emissão de recursos de emissão de títulos	4	7	8	-
Outros		8	7	-
Variações de Ativos e Obrigações		8.896	17.190	(9.054)
Varição em títulos e valores mobiliários		5.794	7.079	(13.375)
Varição de aplicação interfinanceira de liquidez		5.140	3.222	-
Varição em operações de arrendamento mercantil	(55)	(65)	-	-
Varição de outras obrigações		3.161	5.078	1.152
Varição em outros créditos		57	19	(29)
Varição em outros valores e bens	(61)	(61)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(24)	-
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades operacionais		7.038	12.759	(9.996)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	8c	(8.032)	(12.999)	(2.098)
Baixa de imobilizado de arrendamento	8c	61	61	-
Aquisição de imobilizado de uso	8a	(6)	(91)	-
Aplicações no intangível		(33)	(45)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(8.010)	(13.074)	(2.098)
Captação por meio de recursos de emissão de títulos	9	-	60	-
Aumento de capital		-	-	13.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		-	60	13.000
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(972)	(255)	906
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.632	915	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		660	660	915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Despesa antecipada** - Representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. **h) Imobilizado de uso e de arrendamento - I) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. **II) Imobilizado de arrendamento** - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 140/1984 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (nota 8b,c). **I) Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Está representado por gastos com aquisição de *softwares*. **II) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2016. A Companhia não considerou os efeitos da alteração da alíquota na apuração do crédito tributário. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. O critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, estão contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14. **c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**: A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Esse procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimado descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **I) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº 3.429/10. **I) Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **II) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **m) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** - As captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Outros Ativos e Passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores e encargos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. **o) Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

(a) Representadas por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros que são remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI e (b) Em dezembro de 2014, as Aplicações em operações compromissadas - LFT, no montante de R\$ 5.140, não foram consideradas como equivalentes de caixa.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - No "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento do papel. **Títulos para negociação (I)** - Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (2)

2015 2014

Valor de Custo 6.296 13.375
Ajuste a mercado refletido no resultado (3) (2) -
Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido (1)(3) - (6)

Valor Contábil 6.294 13.369

"Títulos Disponíveis para Venda" para a categoria "Títulos para Negociação", juntamente com seu respectivo resultado, em função da intenção da administração quanto a sua negociação, para utilização dos recursos, principalmente, em operações de arrendamento mercantil, classificadas no circulante. ²⁰ Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, está composto por aplicações em títulos públicos federais, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com vencimento final em 01 de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; ²⁰ O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulg

8. IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Uso - Demontrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual 2015	Valor Residual 2014
Móveis e equipamentos de uso	10%	11	-	11	11
Equipamentos de processamento de dados	20%	80	(13)	67	67
Total	-	91	(13)	78	78

b) Imobilizado de Arrendamento

	2015	2014
Veículos e Afins	14.118	2.098
Máquinas e Equipamentos	916	-
Depreciação Acumulada	(4.446)	(188)
Superveniência de Depreciação (1)	3.958	183
Total (nota 6a)	14.546	2.093

(1) A receita de superveniência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 3.794 e no 2º semestre de 2015 de R\$ 2.492 (R\$ 183 em 2014) (nota 6f).

c) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro	2.093	-
Entradas	12.999	2.098
Baixas	(61)	-
Depreciação no exercício (nota 6f)	(4.279)	(188)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6f)	3.794	183
Saldo em 31 de dezembro	14.546	2.093

9. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Captação	Remuneração	Data da Captação	Vencimento	Valor Contábil 2015	Valor Contábil 2014
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	13,94% a 14,36% a.a.	03/02/2015 a 08/06/2015	05/02/2016 a 08/06/2016	67	-

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 montaram a R\$ 7 e no 2º semestre de 2015 a R\$ 4.

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue: • **Ativos Contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos Contingentes** – A provisão para contingências é estabelecida e registrada por valores conhecidos, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, para os casos em que a perda é considerada provável, com base nas opiniões de nossos assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída será suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos. A Companhia não possui processos judiciais em aberto.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	2015	2014
Impostos e Contribuições a recolher	249	247
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 18b)	994	46
Total	1.243	293

b) Diversas

	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual - VRG (nota 6a)	5.561	587
Pessoal	228	211
Contas a pagar	284	119
Valores a pagar a sociedades ligadas	23	2
Outros	48	149
Total	6.144	1.068

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Movimentação do Capital Social

	Movimentação
Quantidade de ações ordinárias em 31/12/2013	7.000.000
Aumento de Capital Social em 15/10/2014 (1)	13.000.000
Quantidade de ações ordinárias em 31/12/2015 e 31/12/2014	20.000.000

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/10/2014, foi deliberado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 13.000, mediante a emissão de 13.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

c) Reserva de Lucros

Composição das Reservas de Lucro:

	2015 (1)	2014
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	-	528
Reserva Estatutária	-	90

(1) Valores utilizados para absorção parcial do prejuízo do exercício, conforme art. 189 da Lei nº 6.404/76.

13. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Proventos	844	1.593	530
Encargos sociais	517	937	315
Benefícios	103	173	43
Total	1.464	2.703	888

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Honorários da Diretoria (nota 19c)	1.116	3.073	552
Processamento de dados	360	683	259
Serviços do sistema financeiro	269	306	13
Serviços de terceiros	188	325	152
Aluguéis	187	368	147
Publicações	50	97	24
Depreciação e amortização	9	13	-
Outras	62	130	26
Total	2.241	4.995	1.173

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
COFINS	64	111	55
PIS	11	18	9
ISS	4	7	1
Outras	1	5	6
Total	80	141	71

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Outras receitas financeiras	51	57	-
Reversão de provisão	1	1	-
Total	52	58	-

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Associação de Classe	24	36	-
Outras	8	21	-
Total	32	57	-

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Sociedade está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(2.291)	(5.071)	(975)
Alíquota vigente em 31 de dezembro (nota 3i)	45%	45%	40%
Expectativa de crédito (despesa) de acordo com a alíquota vigente	1.031	2.282	390
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no exercício	(1)	(1)	-
Outros valores (1)	(27)	(166)	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	1.003	2.115	390

(1) Equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota demonstrada (45%).

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2014	Consti-tuição	Realização/ Reversão	31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	52	-	61
Provisão para publicação - Ajuste de Marcação a Mercado	20	-	20	-
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	12	72	(3)	81
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	426	2.991	-	3.417
Total Crédito tributário (nota 7) (2)	438	3.063	(3)	3.498
Obrigações fiscais diferidas (1)	(46)	(948)	-	(994)
Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	392	2.115	(3)	2.504

(1) Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2015, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Período	2015
2016	20
2017	9
2018	1.679
2019	796
Total dos créditos tributários (2)	2.504

(2) Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 994, não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

Em 31/12/2015, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic é de R\$ 1.745.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações:

	2015	2014	2015	2014
a) Controlador JSL Holding Financeira – após julho de 2014 - atual				
Ativo	(23)	(2)	(21)	(2)
Passivo				

	2015	2014	2015	2014
b) Controlador Banco BGN S/A – até julho de 2014				
Ativo				
Passivo				

Comissões a pagar

	2015	2014
JSL S/A	(23)	(2)

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 3.073 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 552), 2º semestre de 2015 – R\$ 1.116. **d) Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS - a) Gestão de Riscos - A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. Os processos de gestão de riscos permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas
JSL Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site http://www.jsleasing.com.br - Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa, estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; e • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e • Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos. **Limite Operacional - Acordo da Basileia** - Segundo as regras do Bacen, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras e sociedades autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. a.a. O índice de Basileia foi calculado com base nas normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/2013, além de legislação complementar. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Basileia Nível Iapurado pela Companhia foi de 51,9% (31 de dezembro de 2014 – 72,8%). Não foi apresentado o Índice de Basileia Nível II pelo fato da Companhia não possuir instrumentos híbridos de capital e instrumentos de dívida subordinada. **c) Gerenciamento de Risco Operacional** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas. **d) Gerenciamento de Risco de Mercado** - Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. A esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o *back test* do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. **e) Gerenciamento de Risco de Crédito** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. **f) Gerenciamento de Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei no 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (art. 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais. **b)** Despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2015 referem-se a comissão sobre fiança bancária; **c)** Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA

Osmar Roncolato Pinho
Diretor Presidente

Sergio de Jesus
Diretor

Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4

Base para opinião com ressalva
A Instituição registra as operações e elabora suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente com superveniência/insuficiência de depreciação (nota 3(h)). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de